A UNIVERSIDADE NO CONTEXTO DA HEGEMONIA NEOLIBERAL

Hélio Luiz F. Moreira
Departamento de Metodologia/UFPA

Resumo: Aborda-se, em linhas gerais, a "inutilização" das universidades públicas face ao processo de hegemonia do projeto neoliberal implementado pelo governo FHC.

Palavras-chave: hegemonia, neoliberalismo, universidade brasileira.

THE UNIVERSITY IN THE CONTEXT OF NEOLIBERAL HEGEMONY

Abstract: In general terms the dismanteling of Brazilian federal universities is viewed as a deliberate process dictated by the hegemony of the neoliberal program implemented by FHC's government.

Key words: hegemony, neoliberalism, brazilian university.

A sociedade capitalista vivencia, atualmente, talvez a maior crise de sua história. Originado basicamente nas últimas três décadas, o drama capitalista caracteriza-se, essencialmente, pela crise de realização de capital, atribuída pelos intelectuais[1] neoliberais ao déficit público; pela elevação dos índices de desemprego estrutural, decorrente da aceleração do processo de desenvolvimento das forças produtivas; e pelo elevado endividamento público que compele o Estado a absorver um volume significativo do capital que circula no sistema econômico (Carnoy,1988).

Nesse cenário complexo e problemático, o Estado foi convertido na peça de mais alto relevo, uma vez que a definição do problema foi colocado no âmbito do papel que este deve desempenhar na sociedade capitalista e não ao nível da lógica que orienta a reprodução ampliada do capital (Marx,1989).

O crescimento do setor público, que em outras décadas constituiu um dos caminhos para viabilizar a reprodução da estrutura produtiva capitalista, particularmente no terceiro mundo, é agora considerado como um dos principais elementos (se não o principal) da atual crise, visto que a perspectiva neoliberal – cujo fundamento centra-se no princípio do "menor Estado, melhor Estado", de Adam Smith, ajustado às novas necessidades do capitalismo – concebe a crise capitalista como resultado do crescimento excessivo do Estado (Marx, 1989).

Endereço do autor: maite@interconect.com.br

Partindo do pressuposto que o problema da sociedade capitalista não está situado na lógica que orienta a reprodução ampliada do capital (Marx, 1989), os intelectuais neoliberais consideram que a crise vivenciada presentemente pela sociedade capitalista reside na natureza e extensão do Estado contemporâneo, seja como entidade relativamente autônoma, burocrática e com seu próprio poder político, seja como representante dos interesses dos diversos segmentos sociais, ou ainda como agente interventor do sistema econômico. Nessa perspectiva, há, hoje, uma necessidade imperativa de reduzir a presença do Estado em todas as esferas da economia e da sociedade, drenando parte considerável do fluxo de capital que é consumido pelo endividamento público para esfera privada, promovendo, assim, a reoxigenação do sistema econômico, mediante a privatização do patrimônio público e a construção de um Estado mínimo e eficiente. É situado nesse contexto, regido pela construção da hegemonia (Gramsci, 1978ab) do projeto neoliberal, inaugurado a nível nacional por Fernando Collor de Melo, que devemos compreender a política que o atual governo tem destinado ao sistema de ensino superior no Brasil.

Todavia, a análise desse processo não pode se limitar meramente ao seu viés econômico. A redefinição das representações sociais, associadas à supervalorização da livre iniciativa privada, em contraposição à participação estatal nos diversos setores da economia e da sociedade; à supervalorização da eficiência no setor privado, em oposição à ineficiência e desperdício dos serviços públicos; ao desenvolvimento da política de manipulação da subjetividade dos indivíduos, no sentido de se alcançar o consentimento ativo e a conversão do cidadão em mero consumidor, constituem, entre outros, elementos de fundamental importância para a hegemonia do projeto neoliberal.

No Brasil, a hegemonia da tendência neoliberal se realiza no processo de construção do chamado **Estado mínimo**, através da política de privatização do patrimônio estatal e da "racionalização" da Administração Pública (Meirelles, 1985) implementada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) que, para viabilizar o seu projeto, criou uma representação do servidor público na qual parte deste segmento é estigmatizada como "inútil", "privilegiada", "ociosa", "improdutiva", "ineficiente", e outros estigmas do gênero que, evidentemente, não se destinam à totalidade do Serviço Público, mas, particularmente, aos setores do Executivo.

A operacionalização desses estigmas, principalmente pela mídia, objetiva, fundamentalmente, construir uma representação distorcida da realidade, na qual a grande parcela do servidor público possa ser percebida pelos indivíduos apenas como um ônus para o Estado, induzindo-os, portanto, a não vislumbrarem, no serviço público, a sua real utilidade e necessidade. É dessa e de outras formas que o governo FHC busca legitimidade para promover a redução do Estado e a "racionalização" dos serviços públicos, secundarizando setores como os de Saúde, Habitação, Educação, e outros diretamente vinculados às necessidades da população mais carente deste país.

Na realização de seu projeto, o governo FHC tem atacado sistematicamente as universidades federais, através das políticas educacionais destinadas ao ensino superior, compelindo professores e servidores a realizarem sacrifícios cada vez maiores para garantir o funcionamento dessas instituições. Esses ataques devem-se,

essencialmente, ao fato destas instituições, salvaguardando a exceção dos chamados centros de excelência, terem se tornadas "inúteis" na lógica da reprodução ampliada do capital e/ou da modernidade neoliberal. Isto é, tornaram-se "inúteis" como reprodutoras de força de trabalho adequada às novas necessidades impostas por um mercado de trabalho em contração que, em decorrência da reconfiguração do processo de trabalho, resultante do acelerado desenvolvimento das forças produtivas, passa a exigir um perfil de profissional que a universidade não forma. E, "inúteis" como produtora de conhecimento que subsidie a sobrevivência do grande capital nacional, face às injunções do capital multinacional.

Para se compreender melhor a **construção** dessa "inutilidade", faz-se necessário situá-la no seu contexto global. Com a queda do muro de Berlim e a desagregação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a hegemonia no plano da economia globalizada passa a ser calcada, cada vez mais, na produção de conhecimento associado ao desenvolvimento da base técnica, produtiva. Desta forma, para garantir o domínio no sistema econômico mundial, os grandes grupos internacionais multiplicam o volume do capital investido na produção de conhecimento que resulte em avanços tecnológicos, em laboratórios próprios, com repercussão positiva sobre o ciclo de reprodução do capital (Marx,1989).

O desenvolvimento de pesquisas que resultem na produção de conhecimento assimilável na acumulação capitalista tem um custo financeiro muito alto. A nível nacional, o grande capital não dispõe de um volume de recursos financeiros suficientemente alto para investir na produção de conhecimento e no desenvolvimento de tecnologia avançada. Desta forma, alternativamente, se associa aos chamados Centros de Excelência, tais como Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) etc, para desenvolver um tipo de conhecimento que possa subsidiar, não a sua concorrência, mas a sua sobrevivência, face às injunções do grande capital internacional. Assim, é plenamente compreensível e lógica a idéia de se desmantelar e/ou inutilizar as universidades públicas periféricas e convertê-las, futuramente, em núcleos privados de ensino superior assentados na suposta qualificação da força de trabalho, formada dentro de uma Qualidade Total para atender à virtual necessidade do mercado de trabalho, posto que a privatização das mesmas permitirá ao Estado concentrar um maior volume de capital nesses chamados Centros de Excelência, a fim de que possam subsidiar a sobrevivência do grande capital nacional, produzindo conhecimento e desenvolvimento de tecnologia assimilável na sua reprodução.

Os efeitos deletérios da hegemonia deste projeto sobre as universidades, revelam-se não somente nos ataques desferidos contra estas instituições, materializados nos baixos salários, faltam verbas, edificações degradas, recursos humanos e materiais insuficientes; mas também no controle administrativo que procura exercer sobre elas e na forma como procura incorporá-las ao âmbito das atividades mercantis. Evidentemente que o alcance da hegemonia desses postulados não está limitado ao âmbito das universidades públicas federais, posto que hoje, na sociedade brasileira, configura-se um amplo processo de reorganização das esferas política, econômica e ideológica, no qual é operacionalizado, eficientemente, um com-

plexo sistema de representações sociais no sentido de se manipular a subjetividade dos indivíduos e, dessa forma, criar legitimamente, uma visão social de mundo favorável à consolidação do projeto implementado pelo governo FHC. Todavia, por trás destas representações, encontra-se obscurecida não somente a consolidação hegemônica do projeto neoliberal, mas todo o *vir-a-ser* que envolve a edificação das novas formas de compreender socialmente o mundo, em que o processo de conversão do concreto real em concreto pensado resulta na construção de uma realidade onde **pensar** o político, **pensar** o social e **pensar** o econômico, resume-se a um **pensar** instruído pela *praxis* utilitária (Kosik, 1989) e/ou pela razão técnico-instrumental. Ou seja, nesse espaço onde se exerce a hegemonia neoliberal, o **pensar criticamente** o mundo é violentamente dissipado ante ao eficiente poder de manipulação da subjetividade dos indivíduos e do **consentimento ativo** (Gramsci, 1979) dos grupos sociais mais vitimados pela modernidade neoliberal.

A compreensão mais profunda desse processo de reconstrução social da realidade (Kosik, 1989), ou de redefinição das representações sociais, é de fundamental importância para que possamos nos orientar no sentido de construir uma nova universidade, posto que essas representações influem, qualitativamente, na edificação do mundo e na compreensão da sua dinâmica. E é nesse sentido que a discussão dos problemas que envolvem as universidades públicas federais tem sido deslocada do seu contexto político, econômico, social e ideológico, para ser recolocada no âmbito da mercantilização universal, no qual ganham relevo constructos como o de **iniciativa privada**, **produtividade**, **eficiência**, **qualidade total**, **redução de custos operacionais do Estado** etc., colocados como condição *sine qua non* para alcançarmos a modernização econômica e social. É daí que resulta a estratégia de construir uma representação das universidades, onde estas são apresentadas como "inúteis", e submetê-las às regras do mercado, a falsos testes de eficiência e qualidade, a exemplo do chamado **provão**. Por esta razão, é de fundamental importância compreender que, por trás da representação que, o governo tem construído das universidades públicas federais, há todo um complexo sistema de representações que são operadas com uma finalidade política e ideológica, que não são as de atender às necessidades materiais mais urgentes ou emergentes da população que mais sofre com as desigualdades sociais existentes no país, mas, sobretudo, atender às necessidades da reprodução ampliada do capital (Marx, 1989).

É de extrema importância que se pense criticamente as propostas do governo destinadas ao ensino superior. Todavia, esta crítica não pode se limitar a simples discussão de seu conteúdo, mas, fundamentalmente, concentrar a análise nas formas pelas quais o governo adquire o consentimento ativo e viabiliza a hegemonia do seu projeto, a fim de desvelar as condições reais através das quais o seu discurso ganha vida no plano da concreção. Isto porque a mera negação do conteúdo lógico dessas propostas, geralmente limitada à seara dos intelectuais, está longe de romper com esse paradoxo reificado que nos aprisiona no mundo da pseudoconcreticidade (Kosik, 1989).

O debate que envolve a manutenção e/ou reconstrução das universidades federais públicas e "gratuitas" não pode ser concebido apenas como um conflito entre visões de mundo diversas, nem tam-

pouco ser reduzido a uma luta de professores e servidores contra o governo FHC pela manutenção de seus empregos com estabilidade funcional, mas, fundamentalmente, ser compreendido como um conflito de maior alcance – envolvendo, inclusive, a reestruturação interna da própria universidade – no qual um complexo sistema de palavras e representações são operacionalizados tecnicamente para produzir referências que orientam o olhar impresso à sociedade e ao mundo. E nesse processo os docentes e servidores têm que partir necessariamente para o embate político e ideológico, não apenas contra o governo FHC, mas também com(tra) a sociedade em geral e com a própria comunidade acadêmica, uma vez que, no que se refere àquela sobrevive, ainda, um muro ideológico e material muito sólido que a separa da universidade. Desta forma, os indivíduos em geral não conseguem projetar utilidade nos serviços prestados por essa instituição. O outro confronto é com a própria comunidade acadêmica, onde normalmente o aluno não percebe a universidade como um centro de qualificação profissional ou como um grande foro de debates dos problemas que afligem o homem, sua natureza e seu tempo, mas como uma via de ascensão social, na medida em que este "passa" por ela para se armar com um diploma e partir para uma acirrada disputa por trabalho.

Diante desse quadro, concluímos que a situação dos docentes e servidores é, hoje, a mais desconfortável de toda a sua história na luta pela manutenção das universidades públicas e "gratuitas", assim também como essas instituições assumem um papel cada vez mais irrelevante no processo de reprodução ampliada e globalizada do capital na sociedade brasileira.

NOTA

[1] Para Gramsci os intelectuais são aqueles indivíduos que atuam diretamente na organização executiva da superestrutura. Constituem um elemento de fundamental importância do bloco de poder, posto que, de acordo com os interesses dominantes, administram o Estado e a Sociedade Civil, organizando os sistemas econômico, político, ideológico, educacional e outras instâncias do sistema social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNOY, M. *Estado e teoria política*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1988.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

GRAMSCI, A. *A concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

KOSIK, K. *A dialética do concreto* 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MARX, K. *O capital*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989 (livro I, Tomo I).

MEIRELLES, H. L. *Direito administrativo brasileiro*. 11. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1985.